

Uma teoria da história de Walter Benjamin à luz da ideia de memória coletiva

A theory of Walter Benjamin's history in the light of the idea of collective memory

Esaú Brilhante do Nascimento

Graduando em História
Universidade Federal do Oeste do Pará
esaubrilhante90@gmail.com

Recebido em: 17/05/2021

Aprovado em: 21/06/2021

Resumo: Este artigo tem como objetivo promover um diálogo entre o conceito *memória coletiva* e a obra de Walter Benjamin, buscando contribuir para o debate sobre memória e narrativa histórica, questão central do que poderíamos chamar de Teoria da História do autor. Os ensaios “À Imagem de Proust” (1929), “Experiência e Pobreza”, (1933), “O Narrador” (1936), “A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica”, (1935), e “Sobre o Conceito de história”, (1940), serão analisados a partir de um enfoque do conceito em questão, o que nos permitirá estabelecer uma conexão entre esses textos. Trata-se de um esforço reflexivo, não filológico, que espera alargar suas potencialidades, pois Benjamin propõe ao longo de sua obra um novo paradigma para a historiografia. Ao final do artigo, procuro demonstrar como a obra de Benjamin é indispensável para a crítica da disciplina, seja para reforçar a importância da memória coletiva para a teoria da história, seja para contribuir com os desafios da escrita da história.

Palavras-chave: Memória Coletiva; Historiografia; Walter Benjamin.

Abstract: This article aims to promote a dialogue between the concept of collective memory and Walter Benjamin's works. Searching for contributions for the debate of memory and historical narrative, which we could identify as the most important subject in the theory of history by the author. The essays "The image of Proust" (1929), "Experience and Poverty" (1933), "The Storyteller" (1936), "Work of Art in the Age of Its Technological Reproducibility" (1935) and "On the Concept of History" (1940) will be analyzed prioritizing the aforementioned concept, in order to establish a connection among the texts. Through a reflexive effort, not a philological one, this essay hopes to develop Benjamin's proposal since the author suggests a new paradigm for historiography along his work. At the end of this text, I try to demonstrate how Benjamin's works are indispensable for the criticism of the discipline either to reinforce the collective memory's importance for the theory of history and to contribute for the challenges for history writing.

Keywords: Collective memory; Historiography; Walter Benjamin.

Introdução

No século XIX, a História se consolida como disciplina, a partir de um método que priorizava a autenticidade das fontes, a cisão entre presente e passado, para o passado ser estudado como objeto (REIS, 2011). Essa “História Científica” visa demonstrar que a historicidade dos acontecimentos explicaria tudo. Rejeitava-se a metafísica por sua impossibilidade de alcance da realidade. A “História Científica” tem suas raízes na Alemanha, com um conjunto de historiadores por vezes identificados como “Escola Prussiana”. No século XX, esse esforço de sistematização da História foi condensado no conceito de “Historicismo”, um conceito, contudo, polissêmico e complexo, que por vezes reduz a variedade de perspectivas apresentadas no século XIX, como aponta Gunter Scholtz em seu artigo *O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX*. O Historicismo, segundo Scholtz, poderia conter até cinco fundamentos, que raramente aparecem isolados, mas se sobrepõem muitas vezes, são eles: a percepção universal da História; a filosofia da História que procura apreender a ordem e a racionalidade da História; o romantismo e o tradicionalismo, glorificadores do passado; o objetivismo e o positivismo; e, até mesmo, o relativismo (SCHOLTZ, 2011).

As acepções mais positivistas ou objetivistas do historicismo renegaram temas que seriam acolhidos pelas novas disciplinas das ciências humanas nascidas no fim do século XIX e consolidadas no século XX, temas que fugiam da objetividade das fontes oficiais ou que não se adequavam à neutralidade almejada por esses historiadores. O tema da *memória coletiva* vinculada à sociologia é um desses casos. Ao longo deste artigo, primeiramente, será apresentado o conceito de *memória coletiva* na obra de autores que a centralizam em seus trabalhos, como Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur, para depois articular essas ideias com a obra de Benjamin, visando sua teoria da história, para, dessa forma, elucidar o debate entre memória e narrativa histórica.

O conceito de *memória coletiva*

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), da escola durkheimiana, teve um papel fulcral no estabelecimento do conceito de *memória coletiva* nas Ciências Humanas. Para Halbwachs, a *memória coletiva* é o resultado de determinado grupo social, que articula e localiza as lembranças em “quadros sociais comuns”, em um acervo de lembranças compartilhadas (HALBWACHS, 2013). Ademais, o autor concluiu que a *memória coletiva* é um exercício particular, porém, apenas praticado quando o indivíduo está inserido e presente em um grupo de referência: grupo com o qual o indivíduo

compartilhou experiências comuns. Mobilizando essas experiências, reconstituindo-as, daria forma à *memória coletiva*. A grande proposta de Halbwachs é a impossibilidade de uma lembrança isolada de um grupo de referência, ou seja, autônoma. Sobre mobilizar nossas lembranças, explica o autor “é porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 26). O fato de possuímos lembranças em comum com outras pessoas, o ponto de vista dessas pessoas participa da atualização da lembrança no presente. Sendo assim, o reconhecimento em uma lembrança implica o reconhecimento em um grupo. No entanto, o reconhecimento para a reconstituição da lembrança não se deve à mera descrição do fato ocorrido por aqueles do grupo de referência; afinal, o indivíduo precisa se reconhecer nesse grupo, isso implica em um trabalho mais elaborado de memória. Destarte:

Para que nossa memória se auxilie com as dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um ponto comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como nos dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 2013, p. 34).

No século XX, Paul Ricoeur foi outro autor de grande importância para os estudos da memória, e, também, fundamental para o debate acerca da narrativa histórica (REIS, 2006). Sobre a narrativa histórica e a memória, duas obras de Ricoeur são essenciais: a *Memória a História e o Esquecimento* (2001), uma de suas últimas obras, e *Tempo e Narrativa* (1989), seu maior empreendimento intelectual organizado em 3 tomos.

Em *Memória a História e o Esquecimento*, inspirado na fenomenologia husserliana¹, o autor articula em sua análise o processo hermenêutico, ou seja, o fenômeno que é dado na realidade precisa ser interpretado. Seus símbolos, signos e textos, são apreendidos pela consciência, que é intencional, ou seja, sempre consciência de algo, em constante contato com o mundo, significando-a na experiência. Portanto, os fenômenos precisam ser interpretados, criticados, para assim serem reconhecidos através da experiência, tal processo é denominado pelo autor de hermenêutica fenomenológica (REIS, 2011;

¹ Método que tem como objetivo apreender o fenômeno, nele toda consciência é consciência de algo, e sempre intencional e aprendida através dos fenômenos exteriores, essa consciência é orientada para fora, para o outro. Só através da experiência vivida alcançaria à consciência.

RICOEUR, 2007). Aplicado na História, essa compreensão de si vira compreensão histórica de si, pois exige o contato com a consciência “do outro”. Ricoeur vai apontar a importância da memória fenomenológica para o conhecimento histórico, a memória que constitui a trajetória pessoal ou de um grupo, das lembranças vividas e assim mobilizadas. Essa memória não se limita ao sistema neural, apesar de depender dele, mas para Ricoeur a historiografia precisa da memória fenomenológica pois ela é acima de tudo um “trabalho de memória” que visa o reconhecimento.

Em *Tempo e Narrativa*, há um esforço em buscar uma mediação entre o tempo e a narrativa histórica. Para Ricoeur, o vivido está disperso e discordante entre os próprios acontecimentos, no entanto, o que tornaria a narrativa histórica possível e necessária para a inteligibilidade da experiência humana no tempo, seria a formação de uma intriga, estabelecida a partir de um nexos poético entre os fatos ocorridos, possibilitando a concordância dos tempos discordantes, essa intriga se ligaria a uma temporalidade lógica, fazendo surgir o inteligível do vivido. A intriga não se daria em uma cópia do vivido, mas uma criação de sentido através dos eventos do passado, os quais visam àqueles reconhecidos ao final do círculo hermenêutico de Ricoeur, onde o leitor é peça ativa do processo de narração. Assim sendo, Ricoeur utiliza da intriga aristotélica, o ato poético de formação de sentido, na experiência do tempo em Santo Agostinho, para quem não havia concordância entre o finito tempo humano e o eterno divino, devido ao tempo ser um caráter da alma e não dos astros, para assim estabelecer uma narrativa histórica. Em Ricoeur o tempo se torna tempo humano na medida que é articulado narrativamente, pois qualquer narrativa sem caráter temporal não seria suficiente, ao passo que apenas uma narrativa conseguiria sintetizar o acontecido. A intriga, dessa forma, é um ato de síntese, ela reúne elementos antes dispersos em uma unidade temporal, e a memória faz tanto parte da narrativa quanto de seu reconhecimento (REIS, 2006; RICOEUR, 1994).

Memória coletiva na obra de Benjamin

O escrito pelo qual podemos introduzir o debate sobre memória em Walter Benjamin é *A imagem de Proust* (1929). Nesse ensaio, escrito em 1929, é possível ver lampejos que recriam uma constante até o último escrito de Benjamin em 1940 (as famosas “teses sobre o conceito de História”) a força criadora da rememoração. Ao abordar a obra de Proust, da qual foi tradutor, Benjamin ressalta o projeto redentor de sua obra, calcado em uma relação entre o esquecimento e a memória, assim:

Sabemos que Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu. Porém, esse comentário ainda é difuso, e demasiadamente grosseiro. Pois o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência. Ou seria preferível falar do trabalho de Penélope do esquecimento? A memória involuntária, de Proust, não está mais próxima do esquecimento do que daquilo que geral chamamos de reminiscência. Não seria esse trabalho de rememoração espontânea, em que a recordação é a trama e o esquecimento a urdidura, o oposto trabalho de Penélope, mais que sua cópia? (BENJAMIN, 1985, p. 37).

Logo na primeira frase podemos perceber uma clara expressão da forma que o autor pensa a relação com o passado e, conseqüentemente, com a história: não algo exato como foi, mas um passado vivido, lembrado no presente semelhante ao conceito apresentado por Halbwachs, que expressa um esforço além de uma descrição para a consolidação da memória.

A pretensão do autor, ainda utilizando a obra de Proust como referência, foi observar o trabalho de rememoração por caminhos diferentes da lógica mecânica – descartando as análises que criava categorias a partir do “lembrar por lembrar”, de um movimento inútil e letárgico. Podemos enxergar nesse ponto o trabalho de rememorar como ofício historiográfico. Um alerta de Benjamin a esse trabalho é não se limitar ao lembrar como foi, o passado enquanto tal, além de impossível, não teria utilidade prática. Torna-se necessário um “tecido da rememoração”, fruto desse trabalho. Isto é, Benjamin vê nesse exercício um elemento, o esquecimento. Ora, se não se deve tudo lembrar, inerentemente está estabelecida uma função de esquecer, correspondente ao recorte do historiador.

Então, temos contato com um conceito da obra proustiana cara a Benjamin, no caso, a *memória involuntária* uma atividade que é “ativada” sem que haja uma busca predeterminada por ela. Essa “memória involuntária” estaria mais relacionada ao esquecimento que a memória, ou como escreve Benjamin, da “reminiscência”, uma imagem do passado conservada na memória, ou, como dirá Halbwachs: “é preciso trazer uma ‘semente da rememoração’ para que ela se torne uma massa consistente de lembranças.” (HALBWACHS, 2013, p. 28). A “memória involuntária” relacionaria passados que contêm comunicabilidade com o momento presente, um momento que necessita de intervenção. Da mesma forma, a *memória coletiva* se destacaria do conjunto de memórias no passado. Seria a memória que vem até nós.

Além disso, reforçando ainda mais a importância da memória no presente, é possível notar que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é uma chave para o que veio antes e depois.” (BENJAMIN, 1985, p. 37). Ou seja, o acontecimento lembrado possui uma força que o acontecimento em si não possui mais, pois não está mais presente. Portanto, nesse ensaio de 1929, a memória, trabalhada a partir e sobre a influência da obra de Proust, possui um caráter involuntário, que vem do passado em direção ao presente, e envolvido por um trabalho de memória que tem consciência da impossibilidade da lembrança total. Daí, ser inerente o trabalho da memória pelo historiador.

No objetivo de contextualizar o elemento da memória a partir das estruturas coletivas de experiência, o autor utiliza de fatos explicativos. Dois ensaios contribuem a essas análises, sendo próximos em temáticas e quanto ao ano de criação, porém, contendo suas especificidades. O primeiro ensaio, intitulado “Experiência e pobreza” (1933), um dos mais famosos e provocantes escritos de Benjamin, contém um diagnóstico original e consistente a respeito da sociedade industrial moderna. Ao apresentar um esfacelamento em uma forma específica de transmissão de experiências, o autor percebe uma ruptura extenuante da sociedade que muda suas relações de comunicação interpessoais no início do século XX. Indubitavelmente, essa ruptura impactou na escrita da história; mas de que forma?

O autor analisa o fim da capacidade de transmitir, narrativamente, as experiências vividas. Não pelo fato de serem poucas – afinal essa geração presenciou a primeira grande guerra –, mas as mudanças abruptas da técnica e da ambientação não tinham precedentes. A atividade essencial da geração passada, transmitir a experiência, também ela transmissível, narrada e acolhida por ouvintes, teria ajudado a enfrentar os desafios até então. A nova geração, aquela que vive a primeira guerra, já não confia mais nessa capacidade de se extrair conhecimento da experiência vivida e narrada. Benjamin explica que:

Uma geração que ainda fora à escola por bonde puxado a cavalo viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto das nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 1989, p. 115).

Essa forte e curta citação nos mostra que o autor analisa uma “geração” sendo parte de um mesmo grupo, que, através da guerra, divide uma mesma estrutura de experiência. Consequentemente, os impactos na memória desse grupo são constituídos tanto da necessidade de narrar, quanto do

diagnóstico do esfacelamento deste, o que nos ajuda a entender a estrutura de experiência vivida na modernidade industrial. Benjamin prossegue:

Aqui se revela, com toda clareza que nossa pobreza de experiência é apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois qual valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não é mais vinculada a nós? A horrível mixórdia de estímulos e concepções de mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim é preferível confessar que essa nossa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade.” (BENJAMIM, 1985, p. 115).

O autor vai além e relaciona a experiência aos valores culturais. Como elucidada Jeanne Marie Gagnebin:

Esse tema (fim da narrativa tradicional) que o preocupa desde seus primeiros escritos, toma-se, no decorrer dos anos 30, uma parte inerente de sua reflexão sobre as transformações estéticas que chegam à maturação no início do século XX, e subvertem a produção cultural, artística e política. Trata-se de uma interrogação que diz respeito à estética no sentido etimológico do termo, pois Benjamin liga indissociavelmente as mudanças da produção e da compreensão artística a profunda mutação da percepção (aisthêsis) coletiva e individual”. (GAGNEBIN, 2013, p. 55).

Benjamin abordará mais especificamente a narrativa, seguindo algumas problematizações que são iniciadas em “Experiência e Pobreza” três anos mais tarde.

No texto “O Narrador”, de 1936, o autor aponta a extinção de uma figura que exerce uma função de extrema importância, que é o narrador. Entender sua importância nos ajudará a compreender o projeto benjaminiano de História: “A experiência que passa de pessoa para pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 1989, p. 198). E, assim, nos lembramos de Halbwachs e sua análise a partir do grupo de referência para a *memória coletiva*. Se no ensaio sobre Proust, Benjamin aponta para a necessidade de um corte na massa de memórias do passado; em “Experiência e Pobreza” e “O narrador”, ele expõe a importância desse recorte e sua aplicação prática para um grupo específico, sendo o objetivo final sua mobilização para o presente.

Ao passo que na segunda metade do século XX a narrativa histórica toma centralidade nos debates historiográficos, muito por causa das implicações da virada linguística² na metodologia

² A tradição mais comum de giro linguístico implica um movimento, concentrado nos EUA nas décadas do pós-guerra. Considera-se, aqui, o diagnóstico foucaultiano da crise da representação, de um afastamento das palavras e as coisas que

historiográfica, com trabalhos voltados para a narrativa histórica³, Benjamin, no começo do século, faz alguns apontamentos da escrita ao falar da narração e, com a narração a possibilidade de uma nova história. O autor propõe que se leve as experiências coletivas como matéria-prima de uma narração “ideal”, isto porque a modernidade teria deixado de valorizar quaisquer formas de coletividade enquanto experiência, paralelamente potencializando a individualização dos sujeitos pelo trabalho, tempo e espaço. A historiografia necessita se atentar para as novas condições impostas pela modernidade industrial, tomando consciência dessa individualização, para não reproduzi-la na escrita. O narrador benjaminiano tem em sua atividade uma dimensão utilitária, marcada por uma praticidade e diálogo com o presente, mas sobretudo, de uma coletividade passada com uma coletividade presente.

Dessa forma, a neutralidade não é apenas rejeitada por sua impossibilidade, mas sua busca nada serve para uma narrativa útil. Logo, o narrador benjaminiano faz uso da memória fenomenológica tal como seria apontada por Ricoeur para dar sentido à experiência humana no tempo, sendo capaz de gerar reconhecimento. A narrativa teria, assim, o objetivo de gerar reflexão em quem a escuta. No momento que a coletividade perdeu espaço para concepções puramente individuais, o esfacelamento da capacidade de estruturar verbalmente as experiências, tornando-as aptas a fornecerem algum conhecimento, tornou o narrador insensível à habilidade de ser autêntico – uma função importantíssima e essencial. Sobre essa diferença Benjamin explicita:

O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos autores. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. O romancista segrega-se. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los. Escrever um romance significa na descrição de uma vida humana, levar o incomensurável a seus últimos limites. (BENJAMIN, 1989, p. 201).

Ademais, no ensaio “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica” de 1935, Benjamin tratará especificamente a respeito nas produções culturais. Esse ensaio dialoga com o apresentado até aqui, pois como visto, o autor relaciona intimamente as mudanças na produção artística com as recepções sensoriais individuais e coletivas. Jaeho Kang em seu artigo “A crítica da cultura em Walter

se inicia no século XVIII. No entanto, para a análise, considera-se a importância e o impacto na comunidade historiográfica o momento mais recente.

³ Como as obras “Como se escreve a história” (1971) de Paul Veyne; “Meta-história” (1973) de Hayden White; “A escrita da história” (1975) de Michel de Certeau.

Benjamin” ressalta essa relação entre análise da obra de arte e a teoria da história do autor em questão, sendo:

Para o autor, a análise de uma determinada forma de arte ou cultura é inseparável de uma concepção da história e da sociedade. Com esse espírito, ele colocou em questão duas doutrinas dominantes no campo do estudo da cultura: a teoria da história cultura (Kulturgeschichte) e a teoria marxista da cultura. (KANG, 2009, p. 216).

A análise do texto se debruça sobre a ruptura causada na modernidade com o advento de novas técnicas de reprodução da obra de arte. Experiências como da fotografia e do cinema representam uma nova forma de produzir e receber a obra de arte. A reprodução não é mais vista como simples cópia, mas também como obra de arte, contendo em si um reflexo da estrutura social causada pelas mudanças da modernidade industrial. Tal como a proletarianização das massas, o direcionamento das técnicas de arte para seu consumo, e a tentativa do fascismo em cooptá-las se dá por meio do que o autor nomeia “estetização da política”. Mais uma vez, portanto, observaremos ser central o conceito *memória coletiva* para entender a tese do ensaio, assim como, sua a posição no projeto benjaminiano de História. No início do texto, o autor explica:

Com a fotografia, a mão foi pela primeira vez aliviada das mais importantes obrigações artísticas no processo de reprodução figurativa, as quais recaíram a partir daí exclusivamente sobre o olho. Como o olho apreende mais rápido do que a mão desenha, o processo de reprodução figurativa foi acelerado de modo tão intenso que agora ele podia acompanhar o ritmo da fala. Se a litogravura, encerrava virtualmente o jornal ilustrado, também o cinema falado encontra-se latente na fotografia. (BENJAMIN, 2019, p. 55).

Para Benjamin, o desenvolvimento da técnica teria possibilitado a reprodução da obra de arte em larga escala, a ponto de fazê-la participar do cotidiano do indivíduo – uma mudança radical da tradição. O autor identificará um avanço na técnica em decorrência da modernidade industrial, devido à necessidade de produção do sistema capitalista industrial, influenciando diretamente nas produções artísticas e em sua assimilação pelo público.

A conexão traçada no texto, portanto, é de um poder político que depende do avanço da técnica e também influencia a produção artística. O poder político, mais alinhado com a técnica, segundo Benjamin, seria o fascismo. Por isso, o autor buscará em sua teoria, concepções de arte inutilizáveis pelo fascismo através de um processo denominado de “politização da arte”. Contra uma recepção passiva da arte, Benjamin vai propor uma assimilação ativa, humanizada, não mecânica:

Pois, tanto nos escritórios quanto nas fábricas, é diante de um aparato que a grande maioria da população urbana deve, ao longo da jornada de trabalho, renunciar à sua humanidade. Ao fim da tarde, as mesmas massas preenchem os cinemas para vivenciar como o ator de cinema tem sua revanche por eles, não apenas ao afirmar a sua humanidade (ou o que aparecer a eles como tal) diante do aparato, mas colocando o aparato mesmo a serviço de seu próprio triunfo. (BENJAMIN, 2019, p. 73).

Tanto a obra de arte quanto a *memória coletiva* têm uma função política. Uma classe compartilha de experiências semelhantes, sujeitando-se à recepção de acordo com suas experiências, pois, como dirá Benjamin em clara influência materialista, percebemos “a maneira pela qual a percepção humana organiza o meio em que ocorre – não é apenas naturalmente, mas também historicamente determinado” (BENJAMIN, 2019, p. 58). A função da arte nesse ponto é mobilizar a *memória coletiva*, buscando a libertação desse grupo. Podemos entender a relação do grupo que compartilha momentos coletivos nas salas de cinema como um exemplo claro da atualização do passado coletivo/individual conforme a tese de Halbwachs.

Na modernidade, a proletarização do indivíduo corresponde à formação de grupo de referência. Benjamin, não apenas critica a utilização alienante da arte, mas confia numa nova concepção libertária e subversiva, calcada no uso da *memória coletiva*, no intuito de que a arte não seja mais um elemento de dominação, mas uma apropriação pelo grupo excluído historicamente da cultura.

Teoria da história em Benjamin

A *memória coletiva* encontra sua centralidade no argumento do ensaio derradeiro de Benjamin “Sobre o conceito de história” (1940), obra que sintetiza todo o projeto Benjaminiano para a História, sendo por isso um dos grandes escritos políticos do século XX, e que faz nascer uma nova epistemologia do conhecimento histórico.

Nesse texto de 1940, Benjamin denuncia o positivismo das vertentes de esquerda, enxergando no fascismo o grande adversário a ser combatido, e a *memória coletiva* é um elemento central de seus apontamentos. A redenção da classe oprimida só viria com o impulso de imagens do passado que “lampejam” no presente, no momento de necessidade. Como vimos no ensaio sobre Proust, nem tudo deve ser lembrado, apenas o essencial para o presente, todavia diferentemente de Nietzsche, não se trata da lembrança individual, mas coletiva, de um grupo específico: a classe oprimida. Combater os escritos que legitimam as opressões seria, para Benjamin, um dos grandes desafios da historiografia no século XX, e continuaria sendo (LÖWY, 2005).

Na tese de número XII, Benjamin em sua primeira linha expõe “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida, a classe combatente” (BENJAMIM, 1985, p. 228), uma clara perspectiva marxista, remetendo-se em princípio ao operário da época, mas o alcance é maior. Não apenas os operários do capitalismo industrial moderno, mas todos aqueles que foram oprimidos por forças hierárquicas ao longo da história, como os escravos da antiguidade, os povos dominados e perseguidos, até a classe operária no contexto da modernidade.

Escolhendo esse grupo como o alvo do conhecimento histórico, Benjamin também pede atenção aos historiadores, pois, no pensamento benjaminiano, não há libertação pelo futuro sem memória pelo passado. É o que nos mostram a tese II: “o passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção” (BENJAMIM, 1985, p. 223), e a tese III: “certamente, só à humanidade redimida cabe o passado em sua inteireza” (BENJAMIM, 1985, p. 223). Logo, “redenção”, termo caro a Benjamin, nos indica, além da influência teológica, um necessário “acerto de contas” por meio do passado, para dar fâsca às ações no tempo presente. Cabe, ao historiador utilizar a memória desse grupo em sua narrativa buscando sua libertação, dar as costas ao futuro e olhar os escombros que se amontoam no passado, buscando a redenção dos oprimidos. Na obra das *Passagens*, Benjamin aproxima o historiador de duas funções: a do colecionador e do trapeiro. Sobre isso, Augusto Carvalho aponta:

O trapeiro, colecionador que faz uso do método materialista dialético, pelo contrário, destitui seus objetos de qualquer valor, de qualquer sentido; feito trapos, esses objetos estão livres para reanimar o passado ao qual pertencem. O historiador materialista autêntico assemelhar-se-ia ao colecionador-trapeiro. O objeto dos dois são os passados a serem colecionados como trapos. (CARVALHO, 2013, p. 136)

A *memória coletiva* em Benjamin é a base para a metodologia do Historiador que coleciona passados, e é atento às relações recíprocas entre passado e presente. Esse historiador vai ao passado não como um acumulador de totalidades mas buscar fragmentos que fazem necessários no “tempo-de-agora”, dando a eles um novo sentido, salvando-os. Por isso, o historiador precisaria ser atento ao caráter autêntico do tempo, que para Benjamin não é linear. O passado teria conexões recíprocas com o presente, as quais se dariam em momentos determinados. Essa reformulação epistemológica nasce, portanto, da necessidade de uma concepção de tempo diferente da hegemônica no século XIX, que:

concebía el tiempo histórico sobre el modelo del tiempo físico, mas precisamente sobre el del tiempo de la mecánica newtoniana, es decir, como un medio continuo y lineal en el que se puede desarrollarse sin rupturas el encadenamiento indefinido de las causas y de los efectos. (MOSÈS, 1997, p. 84).

O tempo pensado por Benjamin é um modelo que dá conta dos “saltos dialéticos”, que vê cada instante enquanto seu instante de mudança histórico. Os eventos passados possuiriam seus correspondentes no tempo presente, cabe ao historiador mobilizá-los no momento oportuno, de perigo, interrompendo e fazendo explodir o contínuo da história, na forma de ação política.

Portanto, por mais que os historiadores do século XIX fossem atentos às questões da narrativa histórica, contribuindo metodologicamente para o conhecimento histórico, como mostra Julio Bentivoglio em seu artigo “História e narrativa na historiografia alemã do século XIX”, um dos pontos de divergência de Benjamin para com eles seria o tempo histórico, pois:

Enquanto o historicista vai até o passado para poeticamente tecer as ligações causais entre os fatos, pressupondo sua totalidade, dessa forma, eternizando-os, o historiador materialista dialético proposto por Benjamin realiza a mesma historicização, mas a partir de outro conceito de tempo que já não permite o procedimento historicista pretensamente científico (CARVALHO, 2013, p. 121).

O tempo não linear de Benjamin é pressuposto fundamental de sua teoria da História, uma vez que a tematização do passado encontra sua força motriz no processo de rememoração, cujo cerne é a *memória coletiva*.

Considerações Finais

O conceito de *memória coletiva*, principalmente como desenvolvido na obra de Halbwachs, traz benefícios metodológicos determinantes para as discussões sobre narrativa histórica no campo da teoria da História. Analisar esse conceito e estabelecer seus diálogos metodológicos com a teoria da história de Walter Benjamin enriquece o debate historiográfico. Uma das grandes contribuições da obra de Benjamin seria, de fato, o lugar da *memória coletiva* em seus escritos. A obra desse autor nunca deveria, nesse sentido, ser lida de maneira fracionada, pois sem a devida atenção ao projeto formado por todos os textos, alinhados como estrelas que formam com sua junção uma constelação, não seria possível abarcar a amplitude de seu pensamento. Além de importante para promover tal entendimento, a ideia de *memória coletiva* gera contribuições para o conhecimento histórico, principalmente em relação à narrativa histórica, debate no centro da teoria da história do século XX, promovendo as possibilidades de uma teoria benjaminiana na prática historiográfica.

Poderíamos sintetizar três consequências se articulamos o conceito de memória coletiva com o que nomeamos de teoria da história benjaminiana: a) a necessidade de um recorte específico na massa

de acontecimentos passados: não seria nem possível nem útil alcançar o passado em sua totalidade e o recorte seria necessário para explicitar as correspondências entre passado e presente, que devem ser priorizadas; b) a mobilização da memória coletiva seria fundamental para a transmissão de experiência entre as gerações, fomentando a consciência de um grupo ou classe; c) a elaboração da memória coletiva pela História impulsionaria à prática ou a uma ação de reconhecimento, como na assimilação não passiva da arte, isto é, a forma com que assimilamos uma obra de arte revela a recepção sensorial de um tipo de História.

Essas três articulações ressaltariam dois pontos fundamentais da narrativa histórica na teoria da história de Benjamin: o caráter não linear do tempo, buscando conceitos relacionais que funcionem através de saltos entre passado e presente nos momentos de necessidade, alcançando assim o caráter autêntico do tempo e dos conceitos utilizados para apreender e expor o conhecimento. E o segundo concerniria ao grupo de referência do historiador materialista de Benjamin, a classe oprimida. Nessa perspectiva benjaminiana, ser compassivo com a formulação linear de tempo seria legitimar a concepção tradicional da História, que se identificaria com os vencedores. A teoria da história do autor alemão, enfim, teria por objetivo uma prática centrada num sujeito. Assumindo a impossibilidade de um neutralidade na escrita histórica, o historiador materialista de Benjamin buscaria na classe oprimida o sujeito do conhecimento histórico.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. Editora brasiliense, 1985, São Paulo.

_____. **A obra de arte na era da de sua reprodutibilidade técnica**. Organização e prefácio Márcio Seligmann-Silva; tradução Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre, RS. L&PM, 2019.

BENTIVOGLIO, Julio. História e narrativa na historiografia alemã do século XIX. **Anos 90**(UFRGS), v.17, p.185-218, 2010.

CARVALHO, Augusto. **A ideia de História em Walter Benjamin: o passado, a forma e a tradução**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

GAGNEBIN, Jean Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

KANG, Jaeho. A Crítica da Cultura em Walter Benjamin. **Novos estudos**. Tradução: Joaquim Toledo Júnior. v. 84, pp. 215-233, 2009.

LOWY, Michael. Walter Benjamin: **Aviso de incêndio**: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história" / Michael Liwy; tradução de Wanda Nogueira Caldeira Branr, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lurz Muller. - São Paulo: Boitempo, 2005.

MOSÈS, Stéphane. **El ángel de la Historia**: Rosenzweig, Benjamin, Scholem. Traducción: Alice Martorell. Madri: Frónesis Cátedra. 1997.

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. 4. ed. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2011.

_____. **História & Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. **História da Historiografia**(UFOP), v.6, pp. 42-63, 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Campinas, (SP): Editora UNICAMP, 2007.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. v.1.